

## HISTÓRIA DO BRASIL

# O nome certo do golpe de 2016

ADÃO VILLAVERDE

**P**ara muitos céticos ou mal intencionados, a forte assertiva inicial do título “É Golpe, sim! - Terceiro turno sem urnas, o ataque aos direitos sociais e o entreguismo” (Editora Sulina), que lançamos durante debates em meados de 2016 e apresentamos, formalmente, na edição Feira do Livro de Porto Alegre daquele ano, parecia somente uma afirmação político-doutrinária. Ou uma mera adjetivação, mais útil aos embates eleitorais ou disputas ideológicas do que ao registro histórico que marca uma época tão nebulosa como a que vivenciamos desde a quarta vitória eleitoral da esquerda nas urnas em 2014.

A contundência vocabular do título, reafirmado no conteúdo da publicação, no entanto, era imprescindível para dimensionar a brutalidade da devastadora ruptura praticada contra a nossa democracia, com o impedimento de uma presidenta legitimamente eleita, sem qualquer crime de responsabilidade.

**Agora, além de incontáveis artigos publicados em veículos e sites, surgem estudos e iniciativas acadêmicas que reconhecem o termo “Golpe de 2016” inserindo-o, definitivamente, no cadastro oficial da História do Brasil**

Foi necessário pouco tempo para serem desconstruídas as caracterizações parciais e sem isenção, enunciadas pelos porta-vozes das ideias neoliberais rasas e desprovidas de conteúdo, do conglomerado oposicionista que promoveu o impeachment de Dilma Rousseff e repercutidas, à exaustão, com fervor fundamentalista, pela mídia comercial na defesa de uma insustentável condenação “pelo conjunto da obra”, omitindo toda a sabotagem do presidiário Eduardo Cunha e do traidor Temer.

Rejeitada por não se enquadrar na definição corriqueira de um ataque sem armas praticado contra o governo eleito por mais 54 milhões de votantes, a palavra “Golpe” ajustou-



se ao conceito “moderno”, explicitada, por exemplo, pela expressão “golpe brando”, como batizou o Prêmio Nobel da Paz, o argentino Adolfo Perez Esquivel, em pleno Congresso Brasileiro, ainda em 2016, lembrando bravatas similares em Honduras e no Paraguai.

Não tínhamos a menor dúvida da violência continuada que acompanharia o processo de violação da Constituição, de atentado ao Estado Democrático Constitucional de Direito, de rapinagem das conquistas dos trabalhadores e de desonra da soberania da nação.

Agora, além de incontáveis artigos publicados em veículos e sites, surgem estudos e iniciativas acadêmicas que reconhecem o termo “Golpe de 2016” inserindo-o, definitivamente, no cadastro oficial da História do Brasil.

Há universidades - como a de Brasília e da Unicamp - que criaram disciplinas para abordar e analisar o “Golpe de 2016”. Embora facultativa, a matéria da UnB esgotou as vagas e já tem 40 candidatos em fila de espera. A iniciativa do professor Luís Felipe Miguel, do Instituto de Ciência Política da universidade, vale quatro créditos acadêmicos. São três os objetivos da matéria. O primeiro é “Entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de maio e agosto de 2016, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff”.

O segundo: “Analisar o governo presidido por Michel Temer e investigar o que sua agenda de retrocesso nos direitos e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil”.

Leia mais em <http://bit.ly/2CUbKM2>

## UFRGS terá curso de extensão sobre 'o golpe de 16 e a nova onda autoritária no Brasil'

Mata Rubim/Sul21



por Luís Eduardo Gomes

**A** data de início das aulas e informações sobre inscrições ainda não estão definidas, mas já está garantido que a UFRGS também terá a partir deste semestre um curso sobre o “Golpe de 16”, replicando a ideia do professor Luis Felipe Miguel, que lançou na semana passada a disciplina optativa “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil” na graduação em Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB).

Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, a professora Claudia Wasserman explica que a inspiração do curso da UFRGS - “O Golpe de 16 e a nova onda autoritária no Brasil”- é justamente a disciplina da UNB. Contudo, ela destaca que a ideia de oferecer o conteúdo nesse semestre é também uma resposta do ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), que se posicionou contrariamente à disciplina do professor Luis Felipe Miguel e disse que iria solicitar à Advocacia-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal apuração de improbidade administrativa por parte dos responsáveis pela criação da disciplina na UNB.

Ela destaca que cabe ao Ministério da Educação interferir em questões administrativas da universidade. Por exemplo, destacou que caberia ao mi-

nistro vetar uma expansão de 30 para 300 vagas em um determinado curso sem que houvesse autorização para isso. Contudo, avalia que não é cabível qualquer interferência na liberdade de cátedra. Segundo ela, nem durante a ditadura militar há recordação de uma manifestação pública de censura a uma disciplina ofertada por uma universidade federal. “Os militares cassavam professores, mas não anunciavam que iam colocar o MP em cima de um professor para ele não dar uma matéria. O ministro se manifestou numa posição de veto, de censura, então nós ficamos muito indignados”, diz.

Nesta quarta-feira, além de aprovar a realização do curso, o conselho da unidade do IFCH também aprovou a emissão de uma nota pública de repúdio ao comportamento do ministro diante da questão. “Nós vamos aliar o apoio ao professor Felipe Miguel a um interesse que nós também temos de debater esses temas a luz do golpe”, diz.

Claudia destaca que já estão definidas as palestras do curso, que serão dadas por professores do IFCH - que inclui as faculdades de História, Filosofia, Ciências Sociais e Políticas Públicas -, além de outros cursos da universidade, como Economia. As palestras deverão ter em torno de 20 minutos e serão seguidas por debates.

Segundo ela, ainda não se sabe o dia

da semana que as aulas do curso serão ministradas, mas ele deve ser dado de 15 em 15 dias, das 17h às 18h30, a partir da primeira semana de abril, no IFCH. Por questão de espaço, está sendo analisada a possibilidade de as aulas serem realizadas na biblioteca da faculdade, mas isso também não está definido. A expectativa é que o curso seja aberto para alunos de todas as áreas da graduação e pós-graduação da UFRGS, sem ser aberta para alunos de fora da universidade. Contudo, Claudia destaca que as aulas deverão ser gravadas e disponibilizadas no YouTube. O curso irá dar um certificado para quem concluí-lo e poder ser utilizado como créditos complementares. “É um adendo ao currículo”, diz a diretora do IFCH.

**Além da Ufrgs, até o momento, há outras 4 universidades oferecendo curso semelhante: a UnB (Brasília); a Unicamp (Campinas - São Paulo); a UFBA (Bahia); e a Ufam (Amazonas).**

Até o momento, há 15 palestras confirmadas no curso, confira a lista:

Alfredo Gugliano - O Golpe de 2016 e a desdemocratização do Brasil.

Arthur Ávila - O neoliberalismo e o golpe de 2016.

Benito Schmidt- Golpe, relações de gênero e pessoas LGBTQTTQ.

Caroline Bauer - Os usos do passado e(n)o golpe de 2016.

Céli Regina Jardim Pinto- A democracia estava indo longe: o golpe de 2016.

Clarice Speranza - O trabalho golpeado.

Claudia Wasserman- A Democracia estressada: derrotas sucessivas.

Fernando Nicollazi- A educação golpeada.

Luis Alberto Grijó - Capítulos de um golpe anunciado: a mídia empresarial brasileira.

Mara Cristina de Matos Rodrigues - A BNCC e o golpe.

Marcelo Kunrath - Movimentos sociais, contramovimentos e o golpe de 2016.

Natália Pietra Mendez - As mulheres e a resistência ao golpe de 2016.

Temístocles Américo Corrêa Cezar - História e memória no presente.

Francisco Marshall - O golpe e os ataques à cultura.

Róber Iturriet - rupturas de política econômica e o golpe de 2016

## Deputado destaca importância da mobilização permanente para Sartori postergar decreto das carnes

O deputado Adão Villaverde destaca a importância da mobilização permanente do setor de açougues do estado que pressionou, mais uma vez, o governo Sartori, obrigado a prorrogar para 30 de junho de 2019 o Decreto Estadual 53.304/2016 e da Portaria 66/2017 que determinam a venda exclusiva de produtos previamente fatiados e embalados.

Segundo o deputado que desde o ano passado tem participado ativamente dos movimentos contrários à decisão intempestiva do executivo, agora haverá mais tempo para examinar o tema junto com os comerciantes e o restante da população consumidora.

Villaverde lembra que em junho passado em audiência no teatro Dante Barone já tinha proposto a revogação das medidas e a criação de um grupo de trabalho para analisar mudanças na lei.



### (DES)GOVERNO SARTORI

#### Deputado repudia declaração do secretário da Educação, que se diz arrependido por não ter fechado mais escolas

O deputado Adão Villaverde (PT) repudia veemente a declaração do secretário estadual da Educação, Ronald Krummenauer, que afirmou, na segunda-feira (26), estar arrependido por não ter fechado mais escolas. Para o parlamentar, a postura do chefe da pasta segue a conduta de desprezo pelo ensino, pelos alunos e pelos professores, que sempre norteou a gestão do governo Sartori.

“O governo Sartori deveria olhar mais atentamente para a educação, investir no aprendizado dos jovens e valorizar nossos educadores!, destaca ele.

Acesse <https://goo.gl/o2WV3V> e leia a nota de repúdio à declaração do secretário emitida pelo Cpers Sindicato.

### ARTIGO

## O achatamento do mínimo regional no governo Sartori\*

CLAUDIR NESPOLO\*\*

Está em andamento no governo Sartori uma política de achatamento do salário mínimo regional, na contramão da valorização do trabalho e da renda do povo gaúcho. A exemplo do ano passado, o governador enviou um projeto de lei para a Assembleia Legislativa, no último dia 22, propondo um reajuste de apenas 1,81% para 2018, abaixo do INPC de 2,07% em 2017. A proposta não atende à reivindicação de 4,5%, feita pelas centrais sindicais, para repor a inflação e resgatar a diferença histórica de 1,28% acima do salário mínimo nacional, quando o chamado piso regional foi

criado no governo Olívio Dutra, em 2001. Sartori optou em seguir a política nefasta do governo Temer, que aplicou o mesmo índice de 1,81% no salário mínimo nacional, em 1º de janeiro, o menor reajuste dos últimos 24 anos. A recuperação dos salários melhorou a renda da classe trabalhadora nos governos Lula e Dilma e ajudou a tirar o Brasil do Mapa da Fome. A proposta rebaixada do governo do Estado, caso seja aprovada, vai gerar ainda mais concentração de renda para poucos e visa tão somente agradar aos empresários, que se opõem ao mínimo regional desde a sua criação. Eles não querem enxergar o ciclo virtuoso desse instrumento de política pública. Salário valorizado é sinônimo de maior poder aquisitivo. E o dinheiro não é gasto em Miami, mas vai direto ao comércio local, ajudando a aquecer a economia gaúcha, incentivando o consumo e a produção. Além disso, o reajuste aprovado vira um parâmetro para as negociações salariais de diversas categorias ao longo do ano. É um mecanismo eficaz e concreto de combate às gritantes desigualda-

des de remuneração no Estado.. Essa proposta somente está em sintonia com as pautas retrógradas dos governos de plantão, como parcelamento de salários dos servidores, corte de direitos trabalhistas, reforma da Previdência e privatização de estatais, dentre outras que defendem o estado mínimo para o povo, mas generoso para empresários e corporações internacionais. O projeto foi encaminhado em regime de urgência, devendo ser votado em plenário até 24 de março, quando passará a trancar a ordem do dia. As centrais sindicais estão procurando deputados e deputadas estaduais para construir uma emenda que evite o achatamento do mínimo regional. É preciso valorizar esse mecanismo de distribuição de renda para cerca de 1,3 milhão de trabalhadores, que recebem os salários mais baixos, e de indução ao crescimento econômico. Não podemos retroceder.

\*Artigo publicado no jornal Correio do Povo em 26 de fevereiro de 2018

\*\*Presidente da CUT-RS



# PT divulga roteiro da caravana de Lula no Rio Grande do Sul

**A** Executiva Estadual do PT /RS definiu na segunda-feira (26) o roteiro da caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Rio Grande do Sul. As atividades da caravana começarão no dia 19 de março, em Bagé, com uma visita ao Campus da UniPampa e encerrarão com um ato em Porto Alegre, no dia 23 de março. Nos cinco dias em que permane-

cerá no RS, Lula percorrerá diferentes regiões do Estado, passando por 10 cidades. O roteiro combinará visitas a locais símbolos de políticas públicas dos governos federais petistas e atos temáticos. De acordo com o presidente do PT/RS, deputado Pepe Vargas, o roteiro também vai reforçar a mobilização dos Comitês Populares em Defesa da Democracia

e do Direito de Lula ser candidato. “Os retrocessos e os ataques aos direitos nos país, tornam a defesa da democracia cada vez mas urgente e isso passa, necessariamente, pela garantia do direito de Lula ser candidato nas eleições de outubro”, disse o presidente do PT gaúcho.

Confira o roteiro da caravana de Lula no Rio Grande do Sul:

## Segunda-feira, 19 de março de 2018

10h30 - Visita ao campus da Unipampa, em Bagé

15h30 - Conversa pública com Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, em Santana do Livramento

## Terça-feira, 20 de março de 2018

15h00 - Reunião com reitores e diretores de Institutos e Universidades Federais na Universidade Federal de Santa Maria

19h00 - Ato da Reforma Urbana na Nova Santa Marta

## Quarta-feira, 21 de março de 2018

14h00 - Visita ao Museu de Jango e Getúlio, seguido de atividade pública em frente ao Mausoléu de Getúlio Vargas, em São Borja.

## Quinta-feira, 22 de março de 2018

Passagem por São Miguel das Missões e Cruz Alta.

18h00 - Ato da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária em Palmeira das Missões

## Sexta-feira, 23 de março de 2018

Passagem por Ronda Alta e Passo Fundo.

13h00 - Visita aos cursos de saúde no campi de Passo Fundo da Universidade Federal da Fronteira Sul

19h00 - Ato da Classe Trabalhadora em Porto Alegre

Ricardo Stuckert





## Data para fortalecer a luta contra o retrocesso

**N**ão é um dia nada festivo o 8 de março, especialmente neste momento de retrocesso e de ataque contra direitos e conquistas das trabalhadoras e dos trabalhadores, de expansão do ódio e ampliação da intolerância contra as minorias e os vulneráveis. A data é para todos refletirmos sobre este difícil processo de busca de justiça e igualdade, contra o preconceito, a violência, a agressão, o feminicídio e os crimes de gênero que ainda nos envergonham tanto.

Em Porto Alegre, uma caminhada que terá ponto de concentração da Estação Rodoviária, às 7h de quinta-feira (8), passará diante da prefeitura da capital, se estenderá até a Praça da Matriz, diante do Piratini e da Assembleia, e terminará, por volta do meio-dia na Esquina Democrática, no encontro da Avenida Borges de Medeiros com a Rua dos Andradas. Ali, estará disponível um microfone aberto a manifestações de todas as mulheres que quiserem.

Diversas entidades lembrarão a data com encontros, debates e denúncias. A Central Única dos Trabalhadores do RS reformulou seu site, destacando a cor lilás, alusiva ao mês da mulher. Em matéria especial publicada no portal, a CUT gaúcha também destaca os ataques cometido contra os direitos das mulheres pelo ilegítimo e golpista governo Temer e as desigualdades salariais ainda existentes (leia a matéria acessando <http://bit.ly/2FhAH9m>)

O Coletivo de Mulheres da Central, formado por dirigentes de diversos sindicatos e federações, também esteve reunido na terça-feira (27), em Porto Alegre, para tratar da organização e da participação nas atividades relacionadas ao 8 de Março. O encontro foi coordenado pela secretária de Mulheres da CUT-RS, Isis Garcia Marques.

A Assembleia Legislativa terá sua costumeira sessão solene alusiva à data.

Na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, neste dia 5, a partir das 14h30, a Tribuna Popular será ocupada por representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Condim) que vai denunciar justamente a falta de políticas públicas para a mulher, de parte da prefeitura da capital.

### MEMÓRIA

## O jornalismo e a memória gaúcha dos movimentos sociais perdem com a morte de João Batista Marçal

**C**om profundo pesar, o deputado Adão Villaverde lamentou a morte do radialista e pesquisador João Batista Marçal, ocorrida na manhã de 23 de fevereiro.

Para a parlamentar, esta é uma perda irreparável para a família, os amigos, para aqueles que o admiravam e para o jornalismo gaúcho e sua memória histórica, sobretudo de nossa luta social.

Marçal deixa como legado uma trajetória honrada de compromisso com a verdade e de um “historiador brilhante das trajetórias dos movimentos sociais, sindicais, do socialismo e da esquerda”, como bem definiu o amigo Moisés Mendes ao lastimar esta perda.

Em perfil publicado no site Coletiva.net, em 2015, Marçal é reconhecido como um “Militante de causas sociais que viu na comunicação a forma de expressar seus anseios e angústias” (leia o perfil completo acessando <https://goo.gl/xReoLA>)



## A perda irreparável de Theotônio dos Santos



**O** deputado Adão Villaverde lamenta a perda irreparável do economista político e sociólogo brasileiro Theotônio dos Santos, ocorrida na terça-feira (27), aos 81 anos. Considerado um dos mais influentes pensadores latino-americanos da segunda metade do século XX e do início do século XXI, Theotônio é autor de diversas obras publicadas em diferentes países que versam sobre a relação entre capitalismo, desenvolvimento, dependência e imperialismo. Também é um dos principais formuladores da Teoria da Dependência e da Teoria do Sistema do Mundo e um importante personagem que deixa um legado acadêmico imprescindível para a área das ciências sociais e para a esquerda brasileira. “O Brasil perdeu um de seus maiores pensadores, o professor Theotônio dos Santos. Árduo defensor de uma América Latina soberana, ele deixa um extenso legado teórico e intelectual ao povo latino-americano e nos inspira a seguir na luta por um mundo com mais justiça social”, afirma o parlamentar.

Saiba mais sobre a trajetória de Theotônio acessando <https://goo.gl/FXeLXC>